

A COOPERAÇÃO SUL-SUL E O MULTILATERALISMO MULTINORMATIVO NA CRIAÇÃO DO CENTRO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DE VACINAS DO BRICS¹

Camila dos Santos²

Ao olhar para o escopo de ação das novas instituições criadas pelo Sul global, podemos vislumbrar o esboço de um projeto político multilateral em expansão. O movimento de criação de normas e instituições por meio da cooperação Sul-Sul (CSS) tem se tornado crucial para a sobrevivência futura dos países em desenvolvimento, seja ela material, prática ou política. Com isso em mente, este artigo analisa a CSS a partir do seu papel na contestação de normas e na disputa por recursos, observando especificamente a construção recente de uma instituição relevante no enfrentamento de desafios globais da saúde: o Centro de Pesquisa e Desenvolvimento de Vacinas do BRICS. Veremos que, embora seja parte de um movimento político fragmentado, o alargamento dos espaços disponíveis para a ação no mundo em desenvolvimento é uma medida de gestão dos interesses e de ampliação do poder de decisão permitido a esses países, cujo futuro depende tanto do seu apoio político quanto do aporte financeiro.

Palavras-chave: BRICS; Centro de Pesquisa e Desenvolvimento de Vacinas do BRICS; cooperação Sul-Sul; Cooperação Internacional para o Desenvolvimento; instituições multilaterais.

SOUTH-SOUTH COOPERATION AND MULTINORMATIVE MULTILATERALISM IN THE CREATION OF THE BRICS VACCINE RESEARCH AND DEVELOPMENT CENTER

As we look at the scope of action of the new institutions created by the global South, we can glimpse the outline of an expanding multilateral political project. The process of creating norms and institutions through South-South cooperation (SSC) has become crucial for the future survival of developing countries, whether it is material, practical or political. In this context, this article analyzes SSC from the perspective of its role in contesting norms and competing for resources, focusing on the recent construction of a relevant institution for tackling global health challenges: the BRICS Vaccine Research and Development Center. It will be seen that, although it is part of a fragmented political initiative, the enlarging of the spaces available for action in the developing world is a tool for managing interests and increasing the decision-making power of these countries, whose future depends as much on their political support as on their financial contribution.

Keywords: BRICS; BRICS Vaccine Research and Development Center; South-South cooperation; International Cooperation for Development; multilateral institutions.

1. Este artigo foi desenvolvido como parte da bolsa de pesquisa recebida da Diretoria de Estudos Internacionais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Dinte/Ipea), entre 2021 e 2022. Opiniões expressas no artigo são de caráter pessoal e não refletem o posicionamento das instituições às quais a autora se filia.

2. Assessora de relações internacionais na Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro; doutora em relações internacionais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Orcid: <<https://orcid.org/0000-0002-8213-3573>>. E-mail: <camisnts@gmail.com>.

LA COOPERACIÓN SUR-SUR Y EL MULTILATERALISMO MULTINORMATIVO EN LA CREACIÓN DEL CENTRO DE INVESTIGACIÓN Y DESARROLLO DE VACUNAS DE LOS BRICS

Al observar el ámbito de acción de las nuevas instituciones creadas por el Sur global, podemos vislumbrar el esbozo de un proyecto político multilateral en expansión. El movimiento para crear normas e instituciones a través de la cooperación Sur-Sur (CSS) se ha vuelto crucial para la supervivencia futura de los países en desarrollo, sea ella material, práctica o política. En ese sentido, este artículo analiza la CSS desde su papel en la impugnación de normas y en la disputa por recursos, observando específicamente la reciente construcción de una institución relevante para enfrentar los desafíos de la salud global: el Centro de Investigación y Desarrollo de Vacunas de los BRICS. Veremos que, si bien es parte de un movimiento político fragmentado, la ampliación de los espacios disponibles para la acción en el mundo en desarrollo es una medida de manejo de intereses y del aumento del poder de decisión permitido a estos países, cuyo futuro depende mucho de su apoyo político y aporte financiero.

Palabras clave: BRICS; Centro BRICS de Investigación y Desarrollo de Vacunas; cooperación Sur-Sur; Cooperación Internacional para el Desarrollo; instituciones multilaterales.

JEL: O19.

DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/rtm31art4>

Data de envío do artigo: 29/1/2023. Data de aceite: 2/6/2023.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo se debruça sobre o papel do BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) no redesenho do escopo político e econômico disponível para os países em desenvolvimento, especialmente na área da saúde. O objetivo será analisar a criação de novas instituições na disputa pelas normas vigentes, atentando especificamente à mais recente instituição inaugurada pelo grupo durante a pandemia de covid-19: o Centro de Pesquisa e Desenvolvimento de Vacinas do BRICS. Estabelecendo novas diretrizes para a cooperação entre as fábricas e os laboratórios dos países do grupo, o Centro de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) visa avançar na definição conjunta da produção de vacinas, no reconhecimento mútuo de normas e padrões comuns aos países do grupo e na antecipação e superação de possíveis gargalos de produção.³

Ao analisar o potencial da iniciativa em alargar o leque de possibilidades destinado ao Sul global no combate a emergências sanitárias, buscarei compreender o papel do novo centro do BRICS no tabuleiro de disputas pelo monopólio da definição de normas na cooperação internacional e na governança global da saúde. Múltiplas são as possibilidades que ele pode oferecer – seja na propagação e extensão do conhecimento e *expertise* em saúde advindos dos países do Sul, seja como peça fundamental para o estabelecimento de uma outra governança da

3. Disponível em: <https://agencia.fiocruz.br/fiocruz-vai-representar-o-brasil-no-centro-de-vacinas-do-brics>.

saúde, que compreenda o seu valor produtivo como bem público global. Entretanto, um ano após a sua inauguração, pouco ainda se sabe sobre o destino desta iniciativa. A partir de entrevistas anônimas conduzidas entre agosto e setembro de 2022, concedidas por representantes de instituições ligadas ao Centro de P&D de Vacinas do BRICS, foi possível apurar o *status* de sua operacionalização.

Desse modo, a fim de compreender os desafios que se colocam ante a implementação e a execução dessa nova instituição, na seção a seguir discuto as recentes transformações normativas no campo da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, bem como seus reflexos para a atual coordenação política e econômica da cooperação Sul-Sul exercida pelo BRICS. Na terceira seção, abordo a disputa por tecnologia e conhecimento que atravessou as iniciativas do BRICS na Cooperação Internacional em Saúde ao longo da pandemia de covid-19. Na quarta seção, analiso como a criação do Centro de P&D de Vacinas tem se mostrado uma iniciativa exemplar do movimento de competição por normas e financiamento no cenário internacional. As considerações finais encontram-se na quinta seção e nos mostram que o centro constitui, apesar dos desafios inerentes à sua operacionalização, um esforço em alargar os espaços disponíveis para a ação no mundo em desenvolvimento. O grande desafio, no entanto, permanece em assegurar os recursos necessários para a garantia de sua sobrevivência material, política e prática no futuro.

2 A DISPUTA POR NORMAS E RECURSOS NA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO

Desde o início do século XXI, a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID) tem sido marcada por uma intensa e crescente competição por normas e recursos. Diversos autores na literatura têm atribuído a transformação do campo à recente expansão prática, institucional e política da cooperação Sul-Sul (CSS) no cenário internacional (Chatuverdi *et al.*, 2021; Chediek, 2021; Mthembu, 2021; Souza, 2019; Bracho e Grimm, 2016).

Um sintoma desse movimento tem sido a reivindicação constante pelo monopólio na definição e mensuração da CID, que esteve a cargo do Comitê de Ajuda ao Desenvolvimento da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (CAD/OCDE) ao longo das últimas seis décadas. Pela primeira vez desafiado pelas práticas da CSS, o CAD passou a reagir energicamente às diferentes formas de se cooperar que se avolumavam. Não obstante, a disputa tomou lugar na própria agenda de eficácia da ajuda, que, ao longo de quatro fóruns de alto nível – Roma (2003), Paris (2005), Accra (2008)

e Busan (2011) –, foi liderada pela OCDE⁴ na tentativa de aproximação conceitual e metodológica de um Sul global extremamente diverso em suas aspirações e iniciativas.

Nesse contexto, a intensificação de uma modalidade que se fortalecia nas economias emergentes e ganhava influência política ao redor do mundo fez com que o próprio CAD revisitasse a sua agenda. Após décadas de críticas e apontamentos do Sul global sobre a ineficácia da ajuda, a interação entre as diferentes modalidades culminaria na adoção de novos princípios pelo CAD – como harmonização, apropriação, parcerias de desenvolvimento inclusivas, ações orientadas pela produção de resultados, transparência e *accountability*. No entanto, seria apenas no fórum de Busan, em 2011, que a CSS passaria a ser reconhecida formalmente como um esforço complementar à Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (AOD). Com o documento final de Busan, o paradigma da ajuda e sua terminologia eram deixados de lado para citar, pela primeira vez, uma agenda de desenvolvimento na qual “a natureza, modalidades e responsabilidades que se aplicam à cooperação Sul-Sul diferem daquelas que se aplicam à cooperação Norte-Sul [CNS]” (OECD, 2011).

Tal reconhecimento não viria, no entanto, livre de tensões nas relações com os doadores tradicionais. Como resultado de Busan, e movido pelo desejo de que a cooperação dos países do Sul seguisse os parâmetros estabelecidos pela OCDE, o CAD apostou na criação de uma Parceria Global para a Cooperação para o Desenvolvimento Efetivo (Global Partnership for Effective Development Cooperation – GPEDC) – um novo órgão que pretendia legitimar a CID por meio de uma abordagem mais inclusiva, reunindo parceiros do Norte e do Sul, *stakeholders* estatais e privados, além de representantes da sociedade civil. Segundo Bracho (2017), a GPEDC nasceu, assim, sob intensa pressão para que os atores do Sul tomassem lugar como novos provedores da cooperação internacional – papel cujas responsabilidades implicam também novos custos e contribuições, além da redução da AOD recebida em seus territórios.

Dessa forma, a GPEDC seria criada sem o apoio substantivo das principais economias emergentes, uma vez que Brasil, Índia e China retiraram a sua adesão antes mesmo do primeiro encontro realizado no México, em 2014. Para Bracho (2017), naquele momento, a percepção desses países era que i) a GPEDC não era um órgão universal como as Nações Unidas, mas sim um fórum em que prevaleciam os interesses dirigidos pela OCDE; ii) o conteúdo de sua narrativa visava disseminar a ordem liberal do pós-guerra, o que poderia impactar processos em

4. A preparação para os fóruns de alto nível foi guiada pelos esforços do Grupo de Trabalho sobre Eficácia da Ajuda (Working Party on Aid Effectiveness – WP-EFF), organizado pelo CAD/OCDE, que reúne representantes de mais de oitenta países e organizações.

curso na Organização das Nações Unidas (ONU); e iii) sua organização diminuiria o papel desempenhado pelas economias emergentes e outros fornecedores do Sul, provocando uma crise de identidade entre estes. Assim, a GPEDC oferecia apenas mudanças liminares, visando obter maiores recursos do Sul para o financiamento do sistema multilateral sem que grandes mudanças estruturais fossem de fato realizadas (Chediek, 2021, p. 6).

Embora diante da ausência de um consenso para a avaliação de projetos e iniciativas de desenvolvimento que atestassem a qualidade, o impacto e os resultados da CSS, as novas gramáticas adotadas favoreceram o abandono da lógica doador-recipientário, reforçando a ideia de parcerias e aplicando o vocabulário utilizado pelos países do Sul em nível global – como no próprio nome da GPEDC e em sua derivada Iniciativa da Parceria Global para a Cooperação Triangular Efetiva (Global Partnership Initiative on Effective Triangular Cooperation – GPI).

Consequentemente, no pós-2015 as novas abordagens resultariam na substituição da agenda de eficácia da ajuda pela agenda da eficácia do desenvolvimento, pela qual todos os atores deveriam se tornar responsáveis. Afinal, agora a mensuração da CID deveria também indicar a qualidade e o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 em todos os países. Recentemente, a própria GPI tem se esforçado para conduzir a conciliação da CID pelos dois polos, introduzindo nove diretrizes voluntárias para a condução da cooperação triangular.⁵ Ao olharmos para as diretrizes voluntárias, podemos notar a junção de princípios da CSS (como benefício mútuo, horizontalidade e cooperação sob demanda) com os princípios da CNS (como apropriação, *accountability* e produção de resultados), além de uma reorientação destes para o cumprimento da Agenda 2030 (quadro 1).

A assimilação para a definição de diretrizes comuns não eliminou, entretanto, as diferentes finalidades estabelecidas entre as práticas de CNS e CSS. Muito embora o CAD represente a mais antiga estrutura normativa de cooperação internacional para o desenvolvimento, seus esforços ao longo das últimas duas décadas ainda não lograram incorporar os principais países emergentes à sua agenda política. Em boa parte dos casos, a razão da resistência política do Sul em aliar-se às métricas do Norte encontra-se na própria característica processual da CSS, que implica ganhos e impactos estruturantes cujos efeitos seriam mais bem observados em longo prazo, além de exigir o desenho de caminhos próprios para a sua mensuração (BRICS Policy Center, Asul e ABC, 2017).

5. Disponível em: <https://triangular-cooperation.org/voluntary-guidelines/>.

Como alertou Corrêa (2017, p. 2), a CSS não deve assumir o papel de uma fonte adicional de financiamento para o desenvolvimento, “já que vários métodos de intercâmbio entre países em desenvolvimento não são de natureza financeira”. Por este motivo, limitar o escopo conceitual da CSS à sua dimensão financeira e ao alcance de resultados imediatos tornaria o seu desempenho “estatisticamente negligenciável, particularmente quando comparado com empréstimos estrangeiros e investimento estrangeiro direto e comércio” (*idem, ibidem*), resultando na sua subestimação política.

QUADRO 1

A transformação narrativa: da eficácia da ajuda para a eficácia do desenvolvimento

Eficácia da ajuda ←	↔	→ Eficácia do desenvolvimento
Os princípios da CNS representam um compromisso com a eficácia da ajuda. Seguindo as diretrizes da AOD, a CNS é oferecida majoritariamente de maneira unilateral pelos países desenvolvidos em direção aos países em desenvolvimento.	Os princípios da CSS representam um compromisso compartilhado entre os países parceiros e suas prioridades nacionais, configurando uma troca bidirecional entre países em desenvolvimento.	As diretrizes voluntárias representam um compromisso compartilhado com a eficácia do desenvolvimento em arranjos de cooperação triangular. Cooperações triangulares envolvem tanto atores desenvolvidos quanto em desenvolvimento, além de organizações internacionais, setor privado e sociedade civil.
Apropriação das prioridades de desenvolvimento pelos países em desenvolvimento (<i>ownership</i>)	Cooperação orientada pela demanda (<i>demand-driven</i>) e respeito à soberania	Apropriação do país e cooperação orientada pela demanda
Alinhamento e harmonização	Horizontalidade	Compromisso compartilhado
Foco em abordagens e soluções orientadas para a produção de resultados	Benefícios mútuos	Abordagens e soluções orientadas para os resultados
Parcerias de desenvolvimento	Participação de múltiplos agentes	Parcerias inclusivas e diálogos <i>multi-stakeholders</i>
Transparência e responsabilidade compartilhada (<i>accountability</i>)	Responsabilidades comuns, porém diferenciadas (<i>common but differentiated responsibilities</i> – CBDR)	Transparência e responsabilidade mútua
	Compartilhamento de conhecimentos	Inovação e cocriação
	Desenvolvimento de capacidades e promoção da autonomia nacional e coletiva	Aprendizado conjunto e compartilhamento de conhecimento para o desenvolvimento sustentável
	Solidariedade e não condicionalidade	Promover a igualdade de gênero e o empoderamento de mulheres e meninas
		Não deixar ninguém para trás

Fonte: Declaração de Paris sobre a Eficácia da Ajuda ao Desenvolvimento, disponível em: <https://www.oecd.org/dac/effectiveness/38604403.pdf>; United Nations Report of the second High-level United Nations Conference on South-South Cooperation, disponível em: <https://www.unsouthsouth.org/wp-content/uploads/2019/07/N1920949.pdf>; e GPI's Voluntary Guidelines for Effective Triangular Co-Operation, disponível em: <https://triangular-cooperation.org/voluntary-guidelines/>.
Elaboração da autora.

Se, por um lado, a CNS pôde ser tradicionalmente identificada pela sua orientação para a produção de resultados imediatos e impactos em curto ou médio prazo, por outro, a CSS acabou se confirmando como uma modalidade

orientada para o desenvolvimento de capacidades, revelando certa preferência – ainda que não haja exclusividade – por ações que reforçam a estrutura institucional e processual no trato dos problemas dos países em desenvolvimento. Esta não é, contudo, uma posição estática: a própria ausência de uma definição conceitual que seja amplamente adotada pelos países em desenvolvimento faz com que a CSS permaneça em um lugar de constante disputa, muito embora a sua prática tenha evoluído de acordo com a progressiva especialização e investimento nos corpos técnicos das agências de desenvolvimento no Sul global.

A esse respeito, cabe ressaltar o esforço exercido pelo Escritório da ONU para a Cooperação Sul-Sul (United Nations Office for South-South Cooperation – UNOSSC) em mobilizar os Estados-membros e outros atores para uma melhor qualificação de seus quadros técnicos. Ademais, a organização pelo UNOSSC da Segunda Conferência de Alto Nível das Nações Unidas sobre Cooperação Sul-Sul (PABA+40) em 2019 – na ocasião da comemoração dos quarenta anos do primeiro Plano de Ação de Buenos Aires (PABA), de 1978, que definiu a cooperação técnica para o desenvolvimento – reafirmou o lugar qualitativamente diferente da CSS e obrigou o Sistema ONU a apoiar as novas parcerias (Chediek, 2021, p. 7). Segundo Jorge Chediek, ex-diretor do UNOSSC, o documento final do PABA+40 confirmou ainda um papel central para os países em desenvolvimento definirem suas próprias prioridades, incluindo a CSS no quadro estabelecido pela Agenda 2030 e conformando um forte endosso ao multilateralismo (*idem, ibidem*).

As normas e os padrões para a implementação de intervenções de desenvolvimento têm se mostrado assim cada vez mais diversificados e contam com um arcabouço institucional em transformação. Neste cenário, Chatuverdi *et al.* (2021, p. 11) defendem que a CID tem se tornado um exemplo de “governança global contestada”. A multiplicação dos espaços narrativos e institucionais nos quais distintas abordagens se abrigam seria um indicativo do persistente estado de contestação em que se encontra a CID. Se as tradicionais instituições de governança internacional já não respondem mais aos anseios dos atores, novos arranjos têm se multiplicado para dar espaço às suas reivindicações. Entretanto, o fenômeno tem sujeitado os países do Sul a uma competição normativa ainda maior. Tal competição visa tanto o monopólio das práticas às quais a cooperação internacional deve ser submetida quanto a canalização e o direcionamento do financiamento destinado a essas mesmas iniciativas (*op. cit.*, p. 3).

Em 2017, a própria criação do Total Official Support for Sustainable Development (TOSSD) pela OCDE expressou a persistência dos países do Norte na busca por uma definição totalizante da CID. Com o objetivo de estabelecer um novo padrão global para medir e monitorar a destinação de recursos oficiais

em apoio à Agenda 2030,⁶ o TOSSD pode ser lido como uma nova metodologia que visa à incorporação do Sul global em um único *framework* analítico, bem como uma iniciativa para ranquear a influência, os posicionamentos e as contribuições das potências médias que lideram a CSS.

A criação do TOSSD não tem sido suficiente, no entanto, para que o CAD absorva o impacto e o avanço da influência da CSS. Como afirma Klingebiel (2021, p. 2), o CAD representa uma porcentagem cada vez menor dos principais atores da política de desenvolvimento e tem recentrado o seu alcance para questões geoestratégicas, além de enfrentar táticas populistas de alguns Estados-membros, cujos orçamentos apertados podem levar ao afrouxamento dos seus critérios de qualidade. Seguindo esta tendência, em julho de 2022, o Reino Unido determinava o congelamento imediato de toda a sua ajuda internacional considerada “não essencial”, de modo a redirecionar fundos alocados na África, na América Latina e na Ásia para os assentamentos de refugiados advindos da guerra na Ucrânia. Um ano antes, o governo britânico também já havia declarado a redução de seu orçamento para a ajuda internacional, que passou de 0,7% para 0,5% da renda nacional bruta do país.⁷

Somado a isso, uma apreciação holística dos esforços para o alcance dos ODS da Agenda 2030 permanece uma tarefa difícil, uma vez que não foi formulada uma estratégia de implementação que considerasse as diferenças nas condições de partida e na disponibilidade de recursos entre países desenvolvidos e em desenvolvimento. Para Souza (2019), a ausência de um regime de governança da cooperação para o desenvolvimento tem gerado uma abordagem descoordenada dos ODS – quase sempre aplicada de maneira individual e independente pelos países emergentes e membros do CAD.

Alguns ODS – notadamente, combater as mudanças climáticas (ODS 13) – estão claramente relacionados à provisão de bens públicos globais e, enquanto tais, não podem ser cumpridos sem a coordenação e a colaboração possibilitada por tal regime. Em contraste, outros ODS, como assegurar educação de qualidade inclusiva e equitativa (ODS 4), podem ser alcançados simplesmente pela adoção de políticas internas adequadas (Souza, 2019, p. 14).

Assim, ainda que as ideias de parcerias globais – replicadas na Agenda 2030 – ofereçam uma abordagem mais legítima e democrática, visto que envolvem a ampla participação de distintos atores internacionais, elas não nos oferecem, como destacado por Souza (2019), mecanismos para a priorização de determinados objetivos em relação a outros. Isto tem permitido “que países escolham livremente quais ODS irão cumprir e quais deixarão de fazê-lo” (*op. cit.*, p. 15).

6. Disponível em: <https://tossd.org/what-is-tossd/>.

7. Disponível em: <https://www.theguardian.com/global-development/2022/jul/25/uk-ministers-urged-reverse-freeze-non-essential-overseas-aid>.

Para Chatuverdi *et al.* (2021, p. 6), ao ocupar espaços de poder cada vez mais fragmentados, a CID tem enfrentado ao menos dois desafios “gêmeos” no cumprimento das metas da Agenda 2030: assim como é preciso coordenar, também é preciso dividir as responsabilidades de maneira mais justa, considerando os diferentes atores que estão à frente de distintas políticas relacionadas aos ODS. Se, por um lado, essa multiplicidade de novos atores e parcerias pode justificar e favorecer conjuntos de políticas que não obedeçam a critérios claros, dividindo os esforços no alcance dos objetivos, por outro, os autores também reiteram que as responsabilidades nos alcances das metas e objetivos devem ser divididas por meio do reconhecimento dos diferentes estágios de desenvolvimento e das variadas capacidades distribuídas entre os países, prezando pela preservação do princípio CBDR. O cenário se agrava, entretanto, na medida em que o apoio concedido aos ODS tem se tornado majoritariamente bilateral, negligenciando as discussões para ações coletivas nos níveis global ou regional (Chatuverdi *et al.*, 2021, p. 7).

2.1 O caso do BRICS

A análise do BRICS nos oferece um exemplo concreto de tentativa de reforma da arquitetura de cooperação internacional, que, por meio da CSS, desempenha um importante papel no avanço de princípios e novas instituições de desenvolvimento. Para Mthembu (2021, p. 25), isso dá aos países do Sul “a oportunidade de não apenas exigir um modelo difuso de reciprocidade de cooperação, mas demonstrar seus benefícios de maneira prática”.

Recuperando o conceito de reciprocidade difusa, originalmente empenhado por Keohane (1986), Mthembu (2021, p. 23) defende que é preciso abordar o papel da CSS no enfrentamento das diversas ameaças globais emergentes à cooperação multilateral, “focando particularmente em saber se a CSS pode levar a uma restauração e transformação do multilateralismo”. Assim, a reciprocidade difusa – na qual um país se compromete e faz coisas com e para os outros sem exigir ou esperar um retorno imediato, tendo em vista como resultado melhorias a longo prazo nas trocas internacionais – tem sido observada nas práticas e instituições fomentadas pela CSS nas últimas décadas, uma vez que seu principal impulsor é combater os jogos de soma zero nas relações internacionais. Segundo Mthembu (2021, p. 25), a vantagem comparativa que a CSS tem adicionado ao multilateralismo seria justamente a garantia de acomodação de escolas de pensamento distintas, que fogem de um consenso imposto pelos poderes econômico e militar de uma potência hegemônica. Nesse sentido, a heterogeneidade é tanto uma fraqueza quanto uma virtude para a CSS.

Isso posto, os processos contínuos de mudança e criação de novas instituições dentro da cooperação para o desenvolvimento são cruciais para entendermos que

tipo de multilateralismo se arvorará no futuro próximo. No campo da cooperação econômica, o próprio fenômeno de criação de novas instituições – como o Novo Banco de Desenvolvimento do BRICS (New Development Bank – NDB) e o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (Asian Infrastructure Investment Bank – AIIB) – tem sugerido que a multiplicidade institucional permanecerá como medida de ampliação do poder de decisão e gestão dos interesses provenientes dos países do Sul. Recentemente, o NDB abriu a possibilidade de adesão a outros membros das Nações Unidas. Desde 2021, Bangladesh, Emirados Árabes Unidos, Egito e Uruguai já foram anunciados como novos membros do banco.⁸ O aumento no número de sócios pode significar desde uma expansão do capital disponível até a diversificação da base geográfica para operações do NDB, visando diminuir o risco da instituição. As novas entradas reduziriam assim a proporção de países, que são, ao mesmo tempo, emprestadores e tomadores de empréstimos (Acioly, 2019).

Até o fim de 2020, o NDB contou com um portfólio de mais de US\$ 24 bilhões em 67 projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável em diversos temas, tais como: expansão das redes de transporte; redução de emissões de CO₂; melhorias no abastecimento de água; e energia limpa (NDB, 2021). Juntos, os novos membros trazem mais de 280 milhões de pessoas que podem se beneficiar da missão do banco como plataforma para fomentar a cooperação.⁹ O objetivo é aumentar o peso e a contribuição da instituição para a governança econômica global, dado que a última declaração da XIV Cúpula do BRICS enfatiza o desejo do grupamento por uma maior e gradual expansão de membros do NDB, seguindo critérios de representação geográfica – o que incluiria países desenvolvidos, assim como em desenvolvimento.¹⁰

Entretanto, se como instituição financeira a expansão do NDB pode significar uma diversificação na sua cesta de serviços, no caso do grupamento oficial, novos pedidos de adesão ganham outras camadas de complexidade.

No passado, a participação de membros observadores nas cúpulas do BRICS era privilegiada e restrita aos países vizinhos da presidência rotativa em voga, em uma espécie de *outreach* das decisões do grupo. A mudança na dinâmica veio a partir da presidência chinesa, que passou a expandir os convites não apenas para países vizinhos, mas também para parceiros econômicos de seu interesse. No âmbito da IX Cúpula do BRICS (2017), em Xiamen, além das sessões plenárias dos líderes, houve a abertura do Fórum Empresarial do BRICS e o encontro com representantes do conselho empresarial do grupo, sob o engajamento externo

8. Disponível em: <https://www.ndb.int/about-us/organisation/members/>.

9. Disponível em: https://www.ndb.int/press_release/ndb-president-marcos-troyjo-reported-to-the-14th-brics-summit/.

10. Disponível em: http://brics2022.mfa.gov.cn/eng/hywj/ODS/202207/t20220705_10715631.html.

com terceiros países, reunindo México, Egito, Tailândia, Tajiquistão e Guiné.¹¹ Marcando o aumento do interesse na ampliação do leque de opções destinadas ao Sul global, a presidência rotativa chinesa passou a chamar as reuniões com países externos de encontros BRICS+.

Desde então, o processo de expansão do BRICS para o BRICS+ tem tomado lugar acompanhado de discussões internas sobre a necessidade de esclarecer os princípios norteadores, normas, critérios e procedimentos de entrada com base na consulta e consenso entre os cinco membros fundadores do BRICS.¹² A principal preocupação de membros como Brasil e Índia é que a expansão resulte em uma possível descaracterização e perda do papel dos membros fundadores do grupo, uma vez que esta mudança também pode ser lida como uma tentativa de China e Rússia instrumentalizarem a ampliação do bloco para elevar sua força geopolítica. Embora não haja previsão para a inclusão formal de novos membros, e a decisão acerca da ampliação do grupo permanece incerta, novos pedidos de participação já foram oficialmente protocolados por treze países, entre os quais estão Argentina, Cuba, Irã, Arábia Saudita, Egito e Indonésia.¹³

Diante dos anseios por uma reconstrução mais justa do multilateralismo, é preciso questionar, portanto, qual o espaço concreto para o alargamento das opções ofertadas ao Sul global. Como nos lembra Mthembu (2021), se o fortalecimento das posições de barganha do Sul em relação ao Norte tem se dado por meio de desvinculação seletiva desses atores e da sua vinculação (também seletiva) a novas estruturas institucionais, então é preciso avaliar o seu avanço real na construção de um multilateralismo mais plural e inclusivo.

3 DESAFIOS DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL EM SAÚDE: OBSTÁCULOS DOS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO NO ACESSO À CIÊNCIA E TECNOLOGIA DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19

Embora a cooperação internacional possa ser eficaz na solução de problemas específicos de desenvolvimento, ela raramente tem tocado em questões globais urgentes, ou mesmo desafiado as hierarquias de conhecimento vigentes – perpetuando, assim, uma cegueira contínua em relação à justiça global (Schwachula, 2021). No caso da cooperação em saúde, boa parte dessa cegueira tem sido reforçada pelo estabelecimento de múltiplas parcerias globais que dividem os esforços pela garantia da saúde, focalizando apenas o tratamento de doenças específicas (como Aids, tuberculose, malária e, recentemente, a covid-19) e não os determinantes sociais

11. Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/ix-cupula-do-brics-xiamen-3-a-5-de-setembro-de-20172.

12. Disponível em: http://www.xinhuanet.com/english/special/2017-09/07/c_136591575.htm.

13. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2023/07/10/clube-em-expansao-banco-do-brics-atraitencao-para-grupo-que-ja-tem-13-pedidos-de-adesao.ghtml>.

da saúde,¹⁴ cujas causas estruturais permitem o agravamento e até mesmo o (re)surgimento dessas mesmas doenças. Congregando em seu interior um conjunto proliferante de atores – estatais, sociais e privados, além de arranjos institucionais e redes transgovernamentais e transnacionais –, as parcerias globais somam-se ao estado fragmentado do cenário multilateral e nos impõem a execução de ações pontuais que raramente são desenhadas para atender às necessidades estruturantes dos países em desenvolvimento (Gostin, Moon e Meier, 2020; Almeida, 2021).

Entre os diversos desafios já existentes que a pandemia de covid-19 exaltou, desde 2020 nos foi demonstrado como a AOD fornecida pelo CAD não tem logrado equilibrar a balança da desigualdade. Sem reduzir os custos e danos sofridos pelos países menos desenvolvidos, a limitada ajuda prestada durante a pandemia evidencia quanto a garantia de bens públicos globais – como a saúde humana – não faz parte do quadro tradicional das políticas de cooperação internacional para o desenvolvimento. A despeito dos recordes históricos na arrecadação da AOD contabilizada pela OCDE, em 2021 apenas US\$ 6,3 bilhões foram empenhados pelo CAD no fornecimento de vacinas da covid-19 para países em desenvolvimento. Isto equivale a 3,5% dos US\$ 179 bilhões de AOD empregados naquele ano. As despesas totais do CAD no enfrentamento da covid-19 chegaram a US\$ 18,7 bilhões, representando 10,5% do total em 2021, ficando apenas um pouco acima dos US\$ 16,6 bilhões ou 10,2% dos US\$ 161 bilhões de AOD aplicados em 2020.¹⁵

A ausência de uma oferta coordenada e comprometida com a dignidade humana, que articulasse políticas de contenção, prevenção e tratamento em nível nacional e internacional, evidenciou o atual vácuo de poder e governança. As recentes parcerias globais lideradas pela OMS são um exemplo da dificuldade de seus países-membros em cumprir com compromissos políticos e financeiros previamente acordados. Perpetuando a opção por mecanismos multilaterais que combinam investimentos públicos e iniciativas privadas, a OMS criou o Acelerador de Acesso às Ferramentas da Covid-19 (The Access to Covid-19 Tools Accelerator – ACT-A), que consiste em uma colaboração global a fim de acelerar o desenvolvimento, a produção e o acesso equitativo a ferramentas novas e existentes para o tratamento da covid-19 – incluindo o acesso e a distribuição de produtos básicos para os sistemas de saúde, como testes de diagnóstico rápido, equipamentos de proteção individual, medicamentos etc.¹⁶

14. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), os determinantes sociais da saúde “são os fatores não médicos que influenciam os resultados de saúde. São as condições nas quais as pessoas nascem, crescem, trabalham, vivem e envelhecem, e o conjunto mais amplo de forças e sistemas que moldam as condições da vida cotidiana” (tradução nossa). Disponível em: https://www.who.int/health-topics/social-determinants-of-health#tab=tab_1.

15. Disponível em: <https://www.oecd.org/dac/covid-19-assistance-to-developing-countries-lifts-foreign-aid-in-2021-oecd.htm>.

16. Disponível em: <https://www.who.int/initiatives/act-accelerator/about>.

De abril de 2020 a setembro de 2022, o ACT-A recebeu um total de US\$ 23,7 bilhões. O montante, no entanto, foi marcado por constantes atrasos nos repasses. Desde a sua criação, o ACT-A opera com lacuna de financiamento – no final de 2022, faltavam aproximadamente US\$ 329 milhões.¹⁷ Sem cumprir completamente com os propósitos estabelecidos na sua criação, o ACT-A passou por um processo de transição nos seus últimos seis meses de operação, entre outubro de 2022 e março de 2023. A partir de março de 2023 e até o início de 2024, os trabalhos do ACT-A deverão ser transferidos para a tutela da Aliança Mundial para Vacinas e Imunização, também conhecida como Gavi (WHO, 2023a).

Na iminência do encerramento das atividades do ACT-A, é possível observar que a iniciativa não alcançou a tempo os objetivos centrais de seus pilares. Um exemplo é o pilar de vacinas, executado pelo consórcio Covax Facility. Com o objetivo de acelerar o desenvolvimento e a fabricação de vacinas contra a covid-19 e garantir acesso justo e equitativo para todos os países do mundo, o consórcio não alcançou a meta de vacinar 70% da população global em 2021.¹⁸ Em 2022, dois anos após a deflagração da pandemia, apenas 63% da população mundial havia sido vacinada com uma dose da vacina. Desses, apenas 18% eram pessoas residentes em países de baixa renda, o que evidencia a preferência da Covax por ações conduzidas em países de renda alta, média e média-baixa (WHO, 2022, p. 7).

Diante da ausência de sustentabilidade e de um fluxo de financiamento confiável para a manutenção das suas iniciativas, ações de ajuda voluntária conduzidas pelos países do Norte raramente têm dado conta de problemas que exigem soluções estruturantes. Além disso, como pudemos experienciar nos últimos anos, à medida que países de renda alta garantiam a compra antecipada de excedentes de vacina e a completude de seu esquema vacinal, boa parte da população em países de baixa renda permanecia privada do acesso às doses necessárias para a sua imunização. No continente africano, em julho de 2022 apenas 21% da população (cerca de 282 milhões de pessoas) havia recebido a série primária da vacina.¹⁹

Ao longo de toda a pandemia, o desenvolvimento e a distribuição de vacinas estiveram desequilibrados, evidenciando o *apartheid* vacinal que favoreceu os países desenvolvidos e garantiu a sua exclusividade sobre os recursos necessários para criar, testar, fabricar e distribuir vacinas. Se, atualmente, a produção de vacinas na quantidade necessária para a imunização mundial não é mais um problema, torná-la acessível a todos permanece um enorme desafio. A este respeito, Leite (2022, p. 115) alerta que é importante ter em mente que a colaboração em

17. Disponível em: <https://www.who.int/publications/m/item/access-to-covid-19-tools-tracker>.

18. Disponível em: <https://www.un.org/sg/en/content/sg/statement/2021-08-05/secretary-generals-video-message-the-international-forum-covid-19-vaccine-cooperation>.

19. Disponível em: <https://www.afro.who.int/news/covid-19-vaccination-africa-increases-almost-three-quarters-june-2022>.

ciência, tecnologia e inovação (CT&I) “não é necessariamente sobre CT&I em si”. A autora ressalta que as escolhas disponíveis aos líderes políticos no Sul global parecem mais restritas a jogos de poder, em que a dinâmica do conhecimento se dá não apenas a partir do seu fornecimento ou do estabelecimento de novas regras, mas também a partir da sua negação – política, financeira e tecnológica.

Nesse sentido, muitos países na África ainda dependem da importação de 90% das vacinas necessárias para sua imunização.²⁰ Quase toda a capacidade produtiva atual do continente está focada no fornecimento aos mercados internos dos países africanos, com uma produção que chega a menos de 100 milhões de doses.²¹ Até 2021, apenas Senegal, Tunísia e Egito produziam insumos farmacêuticos ativos e possuíam fábricas de envase e distribuição das vacinas (Irwin, 2021). Gana, Nigéria, Etiópia e África do Sul já possuem fábricas de envase e distribuição de vacinas, mas a produção de insumos farmacêuticos ativos tem sido viabilizada a passos lentos.

Uma vez que a maioria das empresas que fabricam qualquer tipo de vacina está sediada na Europa, na Indonésia, no Japão ou nos Estados Unidos, torna-se substancial que países de renda média como Brasil, Rússia, Índia e China (BRIC) tenham ampliado a sua capacidade produtiva ao longo da última pandemia. Além de possuírem amplas condições de produção para satisfazer suas necessidades domésticas, os países do BRIC também possuem as condições necessárias para a produção de excedentes que podem ser alocados para exportação e doações internacionais. No entanto, a gestão eficaz de redes científicas e tecnológicas desses países ainda depende de sua capacidade estruturante e individual em absorver e aplicar o conhecimento e a tecnologia adquiridos. Segundo Leite (2022, p. 120), “nos países em desenvolvimento, as burocracias não são tão complexas e diferenciadas e, portanto, não são tão sistemáticas na atuação sobre a informação – um papel que geralmente é desempenhado por diferentes pessoas em diferentes administrações”. Isto significa que, mesmo quando desenvolvidas a partir das necessidades do Sul, as cooperações em CT&I ainda se encontram circunscritas a padrões e regulamentações acordados no Norte, sob o crivo de equipes burocráticas complexas e substancialmente diferentes das encontradas no mundo em desenvolvimento.

Ainda que diante da maior emergência sanitária global já notificada, as duras retaliações às iniciativas de suspensão temporária (*waiver*, em inglês) de dispositivos contidos no Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (Agreement on Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights – acordo TRIPS) para a produção de vacinas,

20. Disponível em: <https://time.com/6235073/global-vaccine-inequity-covid-19/>.

21. Disponível em: <https://www.afro.who.int/news/what-africas-vaccine-production-capacity>.

medicamentos e insumos médicos no combate à covid-19 são um caso exemplar dos constrangimentos sofridos pelo Sul na tentativa de se estabelecer uma cooperação em saúde que atendesse às necessidades de compartilhamento de CT&I. Em suma, a proposta apresentada em 2020 e liderada por Índia e África do Sul com o apoio de mais de 65 países co-signatários visava suspender os direitos de propriedade intelectual para facilitar a produção de itens necessários para o combate à covid-19. No entanto, após mais de dois anos de negociações, a iniciativa foi gradualmente enfraquecida graças à morosidade e resistência de países europeus (como Suíça e Reino Unido) em se dispor a discutir a matéria, permanecendo contrários à democratização do acesso dos países em desenvolvimento às tecnologias necessárias para o enfrentamento da pandemia.²²

Ganhando uma versão substantivamente diferente da proposta original de flexibilização do TRIPS, o acordo assinado em 2022 restringiu a suspensão de patentes às vacinas e aos insumos necessários para a sua produção. O texto final excluiu, no entanto, diagnósticos, terapias e demais insumos médicos, passando a autorizar uma margem de ação extremamente limitada, especialmente para países de baixa renda que desejassem produzir suas próprias vacinas. Sem facilitar sua aplicação prática, o acordo determinava ainda que o uso de patentes relacionadas à produção de vacinas de combate à covid-19 fosse válido apenas por cinco anos, ou seja, até 2027. Dessa forma, a flexibilização para produção de vacinas não resguardava os países de possíveis contenciosos no futuro, uma vez que o acordo não eliminava as proteções que resguardam segredos comerciais e desenhos industriais – e muito menos permitia o uso das patentes disponíveis em uma janela de tempo hábil para aqueles países cujas estruturas de pesquisa ainda são incipientes.²³

Na prática, o conhecimento necessário para fabricação de vacinas e medicamentos genéricos permanece dependente da boa vontade das indústrias e seus laboratórios em compartilhar informações consideradas verdadeiros segredos empresariais – o que se verifica principalmente em vacinas que fazem uso de tecnologias recentes, como as de mRNA. O texto final do acordo TRIPS também impossibilita a quebra das patentes por países que já possuem capacidade de produção existente, cujas plantas industriais fariam melhor proveito dessas informações. Em outras palavras, o texto proíbe estritamente a utilização do recurso por países de renda média como os do BRICS, sublinhando que quaisquer países com produções de vacinas em andamento devem assumir “o compromisso vinculante de não recorrerem à suspensão das patentes” (Krishnan, 2022).

22. Disponível em: <https://www.politico.eu/article/covid-vaccine-poor-countries-waiver-killed/>.

23. Disponível em: <https://theconversation.com/we-still-need-a-vaccine-patent-waiver-but-not-the-one-on-offer-at-the-world-trade-organization-meeting-181235>.

Dessa forma, os países desenvolvidos puderam defender abertamente saídas paliativas e temporárias – como a doação de vacinas excedentes compradas por países desenvolvidos e a flexibilização comercial de produtos médicos com preços mais acessíveis para a prevenção, contenção ou tratamento da covid-19 (Bermudez, 2021; Yamey, 2021; Zarocostas, 2021) –, priorizando a opção por saídas emergenciais em detrimento da garantia das condições estruturantes necessárias para nos prevenirmos de novas crises sanitárias.

Enquanto medidas paliativas eram tomadas, frequentes se tornaram as denúncias de que doses de vacinas doadas estariam com o prazo de validade vencido ou próximo a vencer. Não bastassem as dificuldades logísticas para promover uma rápida imunização em massa nos países de baixa renda, aproximadamente mais de 100 milhões de doses de vacinas distribuídas pela Covax foram rejeitadas em decorrência da expiração de sua validade.²⁴ Mesmo detendo largos excedentes vacinais, que por vezes contavam duas ou três vezes o tamanho de seu contingente populacional, diversos países desenvolvidos agravaram a concentração de imunizantes e a inequidade em sua distribuição ao só se disporem a doar as vacinas após atingirem a completude do esquema vacinal da maior parte de suas populações.

Fortalecidas pelo nacionalismo vacinal que fez surgir abordagens que colocavam no centro “o meu país primeiro”, as estratégias unilaterais conduzidas pelos países desenvolvidos fizeram prolongar a duração da pandemia, além de desviar os esforços e recursos disponíveis de ações que favorecem medidas estruturantes – como o fortalecimento dos sistemas de saúde e suas redes de prevenção e controle de doenças. Isto contribuiu para perpetuar a precariedade do combate à doença em países de baixa renda, que ainda enfrentam dificuldades no armazenamento e na distribuição de vacinas. Cabe lembrar que algumas das vacinas produzidas, como as de mRNA (das fabricantes Moderna e Pfizer-BioNTech), demandam a preparação de instalações novas, repletas de *freezers* especializados a -80°C. A demanda parece simples de ser atendida para alguns países, mas para outros é difícil prever a sua sustentabilidade, visto que, por vezes, não há nem ao menos a garantia de que haverá fornecimento de energia de maneira ininterrupta para a preservação das vacinas em temperatura adequada, requerendo, assim, investimentos maiores em infraestrutura.

Diante desse cenário, a coalizão global de organizações da sociedade civil intitulada Aliança pela Vacinação dos Povos (People’s Vaccine Alliance) tem definido a disputa e a falta de acesso equitativo às vacinas como uma expressão do

24. Disponível em: <https://www.reuters.com/business/healthcare-pharmaceuticals/more-than-100-million-covid-19-vaccines-rejected-by-poorer-nations-dec-unicef-2022-01-13/>.

racismo sistemático que segue perpetuado nas respostas globais de saúde. Entre os desafios há não apenas a ausência de vacinas em números suficientes e prazos de validade administráveis, mas principalmente i) a falta de capacitação técnica para sua aplicação e manutenção; ii) a ausência de investimentos adequados para uma estruturação logística eficiente na distribuição e/ou armazenamento de vacinas em nível nacional e regional; e iii) as constantes disputas por propriedade intelectual que minam a possibilidade de uma saúde mais equânime nos países em desenvolvimento, sobretudo, nos países de baixa renda.²⁵

4 O CENTRO DE P&D DE VACINAS DO BRICS

A inauguração, em 2022, do Centro de P&D de Vacinas do BRICS significou um passo importante em direção à produção e ao compartilhamento de tecnologias e conhecimento em saúde no Sul, cujo *momentum* não deve ser desperdiçado. Juntos, os países reúnem uma ampla capacidade de influência na diminuição da dependência global de vacinas e insumos farmacêuticos ativos (IFA). Até maio de 2023, das 44 vacinas pesquisadas e desenvolvidas para o combate à covid-19, ao menos vinte estavam no BRIC, contabilizando: uma vacina para o Brasil, três para Rússia, cinco para Índia e onze para China (quadro 2). Apenas a África do Sul ainda não logrou desenvolver uma vacina de produção 100% nacional, mas já são conduzidos estudos no país com esse objetivo.

Nesse contexto, o centro de P&D surge como uma saída ao estrangulamento produtivo e à enorme dependência desfrutada por países de baixa renda, onde o parco acesso às soluções de saúde prolonga a duração das pandemias e provoca um impacto ainda maior em seu desenvolvimento econômico e social. Proposto desde 2018 na ocasião da presidência sul-africana do grupo, o centro se consolidou como uma iniciativa apenas em 2022, sob a presidência chinesa.²⁶

QUADRO 2

Produção e desenvolvimento de vacinas contra a covid-19 no BRIC

	Vacina	Laboratório	Eficácia ¹ (%)	Status/OMS
Brasil	AZD1222	Bio-Manguinhos/Fiocruz	82	Sob revisão
Rússia	Sputnik V	Russian Direct Investment Fund	97,6	Processo reiniciado
	Vaccine R-Covi	R-PHARM	-	Sob revisão
	EpiVacCorona	Vector State Research Centre of Virology and Biotechnology	-	Sem revisão

(Continua)

25. Disponível em: <https://peoplesvaccine.org/resources/media-releases/global-covid-19-response-abandoned-people-in-lower-income-countries-report-finds/>.

26. Disponível em: <https://cee.fiocruz.br/?q=Os-novos-justiceiros-lancamento-do-Centro-Brics-de-P%26D-de-Vacinas-e-a-guerra-Russia-X-EUA-Otan.>

(Continuação)

	Vacina	Laboratório	Eficácia ¹ (%)	Status/OMS
Índia	ChAdOx1 nCoV-19 Vaccine (Recombinant)/Covishield	Serum Institute of India Pvt.	79,9	Aprovada
	SARS-CoV-2 Vaccine, Inactivated (Vero Cell)/Covaxin	Bharat Biotech, India	78	Aprovada
	NVX-CoV2373/Covovax	Serum Institute of India Pvt.	90,4	Aprovada
	Corbevax	Biological e Ltd.	90	A ser confirmada
	AKS-452 Vaccine (AmbiVax-CTM)	Stelis Biopharma Limited	91	Sob revisão
China	SARS-CoV-2 Vaccine (Vero Cell), Inactivated (InCoV)	Beijing Institute of Biological Products Co., Ltd. (Sinopharm/BIBP)	79	Aprovada
	Covid-19 Vaccine (Vero Cell), Inactivated/CoronavacTM	Sinovac Life Sciences Co., Ltd.	51	Aprovada
	Ad5-nCoV	CanSinoBio	58	Aprovada
	Inactivated SARS-CoV-2 Vaccine (Vero Cell)	Sinopharm/WIBP	50,65	Dossiê retirado em 7 de setembro de 2022
	SCB-2019	Clover Biopharmaceuticals	67,2	A ser confirmada
	Recombinant Novel Coronavirus Vaccine (CHO Cell)	Zhifei Longcom	75,7	A ser confirmada
	Recombinant Covid-19 Vaccine	WestVac Biopharma	-	Sob revisão
	SARS-CoV-2 Vaccine, Inactivated (Vero Cell)	IMBCAMS	78,89	Sem revisão
	Pika recombinant protein	Liaoning Yísheng Biopharma Co	-	Sob revisão
	Convidecia AirTM	CanSinoBio	-	Sob revisão
SCTV01C	Sinocelltech, Ltd	53,04	Sob revisão	

Fonte: OMS. Disponível em: https://extranet.who.int/pqwweb/sites/default/files/documents/Status_COVID_VAX_12January2023.pdf.
Elaboração da autora.

Nota: ¹ Com base nos dados informados pelos respectivos laboratórios, após a segunda dose da vacina e referente a casos sintomáticos da doença.

Ainda sem contar com uma estrutura física disponível, o centro tem se valido da construção de redes virtuais para a avaliação das condições e contribuições de cada país, reunindo as principais instituições e empresas de P&D de vacinas em seus países-membros: a Bio-Manguinhos, no lado brasileiro;²⁷ a empresa Sinovac, da China;²⁸ o Instituto de Pesquisas da Gripe Anatoly Smorodintsev, na Rússia; o Conselho Indiano de Pesquisa Médica; e o Conselho de Pesquisa Médica da África do Sul.²⁹

Embora a concretização da proposta chegue apenas dois anos após o início da pandemia de covid-19, é notório que esta visa sanar a descoordenação política sofrida pelo grupo. Os países do grupo experimentaram rotas distintas no

27. Disponível em: <https://agencia.fiocruz.br/fiocruz-vai-representar-o-brasil-no-centro-de-vacinas-do-brics>.

28. Disponível em: <https://www.globaltimes.cn/page/202203/1256651.shtml>.

29. Disponível em: <https://www.pressenza.com/2022/03/under-chinas-chairmanship-brics-launches-vaccine-rd-center/>.

combate à pandemia de covid-19 sem que houvesse uma estrutura que facilitasse o desenho de ações capazes de sustentar seus objetivos políticos e os conciliasse em torno de estratégias produtivas conjuntas, protocolos e/ou recomendações sanitárias comuns. Tal como afirma Leite (2022), essas divergências podem ser explicadas pelas profundas divisões domésticas enfrentadas pelos países do Sul, que fazem com que a ideologia presente nas escolhas individuais dos líderes de países em desenvolvimento adquira grande peso na delimitação de suas escolhas para a política externa (Leite, 2022, p. 120). Neste sentido, a operacionalização do Centro de P&D de Vacinas tem a missão de fortalecer as redes de apoio e sustentação de estratégias transnacionais, oferecendo contrapontos práticos às decisões individuais e personalistas que possam se infiltrar nos objetivos mais amplos de uma solidariedade universal.

A partir de entrevistas anônimas realizadas entre agosto e setembro de 2022, concedidas por representantes das instituições que compõem o novo centro, foi possível apurar o *status* atual da operacionalização do Centro de P&D de Vacinas do BRICS. De acordo com os informantes, após uma primeira reunião virtual em março de 2022, estabeleceu-se a criação de um “escritório de ligação” sob a responsabilidade do Ministério de Ciência e Tecnologia chinês, que executará a operação temporária e virtual do centro nos próximos cinco anos. A liderança do centro deverá obedecer a uma gerência rotativa, do mesmo modo que se observa na presidência do grupo. Os próximos anos servirão ainda como um teste para a realização conjunta de atividades de coordenação e compartilhamento de conhecimento entre os países do BRICS.

Para tanto, esses países têm se dedicado à escolha de representantes para a composição do comitê gestor e do comitê científico, que elaborarão a atuação estratégica do centro. O comitê gestor será composto por representantes dos departamentos de saúde, ciência e tecnologia nos países do BRICS, incluindo centros nacionais de pesquisa. Somando cerca de vinte membros titulares (sendo quatro de cada país), o mandato do comitê gestor incluirá i) a revisão e tomada de decisão sobre os assuntos de desenvolvimento e cooperação do centro de vacinas; e ii) a oferta de orientação ao centro, especialmente na realização de seus programas e atividades científicas. Por sua vez, o comitê científico será composto por cientistas e empresários nos campos relacionados à produção de vacinas nos países do BRICS, totalizando trinta membros – sendo seis de cada país, todos indicados pelo comitê gestor. Os mandatos incluirão a formulação de diretrizes para pesquisa, supervisão e avaliação de diversas atividades, além da oferta de assessoria no desenvolvimento da cooperação do centro, bem como na sua tomada de decisão.³⁰

30. Informações coletadas por meio de entrevistas anônimas, em setembro de 2022.

4.1 Os desafios à missão em oferecer bens públicos globais

A criação de novos padrões e arranjos para as intervenções de desenvolvimento do BRICS parece se acumular em uma espécie de *multilateralismo multinormativo*, no qual todos os espaços são utilizados para a barganha do próprio *status* de desenvolvimento. A prática não é nova, nem restrita às economias emergentes; há muito tempo assistimos países desenvolvidos utilizarem as instituições multilaterais em benefício de uma redistribuição de poder que os favoreça. A criação de novas instituições parece vir acumular, assim, em coro e volume, as reivindicações por reformas no sistema multilateral feitas pelo BRICS. Entretanto, o lançamento de uma nova iniciativa não é suficiente para a garantia de sua efetividade. Para, de fato, fazer frente ao *status quo*, é preciso arcar e dividir os custos políticos e de transação que a criação de novas instituições envolve. Para garantir a redefinição do papel produtivo do BRICS na saúde global, o Centro de P&D em Vacinas requer uma governança mais fortalecida, que reconstrua o multilateralismo para além de sua retórica, certificando-se de oferecer os meios necessários para colocá-lo em prática.

Afinal, o desenvolvimento e a fabricação de vacinas exigem altos custos de entrada e frequentemente geram lucros menores em relação e em comparação aos custos de outros produtos farmacêuticos. Em geral, as vacinas representam apenas 4% do mercado farmacêutico global, ou 10%, se contabilizarmos as recentes demandas por vacinas contra a covid-19 (WHO, 2023, p. 21). Sem embargo, foi a desigualdade no acesso e as limitações para a produção de vacinas que levaram a OMS a reconhecer, em sua Resposta à covid-19,³¹ que o papel da ampla imunização contra a covid-19 é um bem público global. A partir daí a imunização pôde ser caracterizada como “fundamental para a saúde na prevenção, contenção e interrupção da transmissão, a fim de pôr fim à pandemia, uma vez que vacinas seguras, de qualidade, eficazes, acessíveis e econômicas estejam disponíveis” (WHO, 2020a, p. 3, tradução nossa). Apesar do reconhecimento, o que vimos ocorrer na prática foi uma enorme resistência por parte dos países de renda alta em colaborar com a abordagem proposta pela organização.

Ao longo das últimas três presidências rotativas do BRICS (2020 a 2022), o conceito de bens públicos globais se tornou frequente nos debates do grupamento sobre o trato com a saúde – especialmente após as tentativas de Índia e África do Sul flexibilizarem o acordo TRIPS para a produção de insumos para o combate à covid-19. A resistência à sua aplicação dentro do grupamento ficou restrita à posição brasileira adotada ao longo da administração de Jair Bolsonaro (2019-2022),

31. Disponível em: https://apps.who.int/gb/ebwha/pdf_files/WHA73/A73_R1-en.pdf.

que fez do Brasil o único país entre as nações de renda média e baixa a não apoiar a flexibilização do TRIPS.³²

Em suma, um bem público global pode ser definido como um bem em que não há rivalidade ou exclusividade em seu consumo, tornando-o universal em relação às necessidades humanas das gerações atual e futuras (Kaul, Grunberg e Stern, 1999). Nesse sentido, bens públicos globais são aqueles que fornecem benefícios para todos os povos, sejam eles provenientes de países desenvolvidos ou em desenvolvimento. São bens que desempenham um papel fundamental para o progresso social, econômico e político da humanidade, além de consistirem em recursos fundamentais no gerenciamento de riscos globais que podem prejudicar desproporcionalmente diferentes países – como mudanças climáticas, crises sanitárias, crises financeiras etc. (Birdsall e Diofasi, 2015). Bens públicos globais são, portanto, bens “não excludentes”: uma vez fornecidos, é impossível impedir que as pessoas se beneficiem deles.

Como visto com a covid-19, uma solução de longo prazo para o enfrentamento de crises sanitárias e pandemias vindouras requer a defesa da equidade em saúde e da sua contribuição como bem público global. Esta não é, contudo, uma tarefa simples, mas objeto de disputas políticas, econômicas e sociais que definirão as condições de sobrevivência da humanidade no período próximo. Nesse sentido, uma agenda de cooperação internacional que vise ultrapassar medidas sistemáticas a fim de alcançar a justiça global e suas demandas estruturantes deverá arcar com o ônus de ir exatamente na direção contrária daquela perseguida pelas grandes indústrias farmacêuticas e apoiada pelos governos nacionais onde estão localizadas suas matrizes. Isto porque, frequentemente, a democratização do acesso à saúde tem esbarrado no debate sobre a democratização do acesso a bens de propriedade intelectual.³³

Em sua maioria provenientes de fundos públicos, os recursos recebidos pela indústria farmacêutica ao longo da pandemia de covid-19 ultrapassaram os montantes bilionários para incluir também a garantia de que a população de países inteiros serviria como reserva de mercado para estas corporações, mesmo antes que se tivesse certeza da eficiência das vacinas em teste. O governo dos Estados Unidos, por exemplo, investiu pelo menos US\$ 31,9 bilhões para desenvolver,

32. Um exemplo da dissidência no BRICS foi a ocasião da votação da Resposta à covid-19 (Resolução WHA73.1 de 19 de maio de 2020), na qual a delegação brasileira afirmou que, “para chegar a um consenso, o Brasil tem se esforçado para exercer flexibilidade para aceitar uma linguagem que, a nosso ver, não reflete a melhor abordagem para lidar com alguns tópicos, como as referências à resistência antimicrobiana ou a referência ao conceito de ‘bem público global para saúde’, tão vago quanto carente de consequências práticas. Ao aderir ao consenso, o Brasil também deseja reiterar sua posição em relação à linguagem relativa aos serviços sexuais e reprodutivos. Em nenhum caso deve ser interpretado como promoção do aborto como método de planejamento familiar” (WHO, 2020b, tradução nossa).

33. Disponível em: <https://www.nature.com/immersive/d41586-022-01898-3/index.html>.

produzir e comprar vacinas de mRNA contra a covid-19.³⁴ Por este motivo, são recorrentes os argumentos que posicionam as necessidades dos países em desenvolvimento em segundo plano, afirmando que estariam “pegando carona” nas tecnologias avançadas desenvolvidas por mercados concorrentes. Frequentes também são os argumentos de que a quebra da proteção da propriedade intelectual ofereceria prejuízos econômicos que colocariam em risco a capacidade dos grandes laboratórios em continuar investindo na geração de soluções e em respostas rápidas para emergências sanitárias futuras. Ambos os raciocínios têm se mostrado contraditórios, pois perdem de vista que os massivos investimentos recebidos neste setor respondem ao interesse público em controlar a propagação de doenças – uma tarefa que tem sido cada vez mais global.

A preocupação da indústria farmacêutica se faz ainda maior quando direcionada a países de renda média como os do BRICS, cujo potencial produtivo pode democratizar o acesso e redefinir os termos de sua distribuição. Torna-se evidente que suas tentativas de atrasar o acesso de países em desenvolvimento a tecnologias mais avançadas têm como objetivo a manutenção de fronteiras de exclusão que perpetuam a dependência do resto do mundo a este mercado. Portanto, trilhar o caminho mais difícil será necessário não apenas para lidarmos com a presença permanente da covid-19, mas, sobretudo, para a preparação dos países de renda média e baixa para uma série de outras doenças epidemiológicas, favorecendo o controle regional e global sobre novas crises.

Ao longo da pandemia de covid-19, as severas interrupções no desenvolvimento global, incluindo a crescente lacuna entre o desenvolvimento Norte-Sul, foram evidenciadas pelas trajetórias de recuperação divergentes e pelo aprofundamento das divisões tecnológicas entre os países. O centro do BRICS surge assim com o potencial de se tornar um importante lócus para a institucionalização de uma agenda estratégica, produtiva e coletiva da saúde. Ele pode vir a ser fundamental para o fortalecimento, preparo e resposta dos países do grupo a novas pandemias no futuro, além de ajudar no combate e controle de doenças infecciosas já conhecidas, como o HIV, a tuberculose e a gripe. A Declaração de Beijing, assinada durante o XIV BRICS Summit (2022), defende a superação das falhas de desenvolvimento preexistentes – condenando, inclusive, a aquisição, via agências internacionais e filantropias, de vacinas produzidas fora dos países/regiões em que suas ações ocorrem.³⁵

Não obstante, segundo o Relatório do Mercado Global de Vacinas, publicado pela OMS em 2022, dos mais de noventa fabricantes que forneceram vacinas a

34. Disponível em: <https://www.bmj.com/content/380/bmj-2022-073747>.

35. Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/declaracao-de-pequim-da-xiv-cupula-do-brics.

seus Estados-membros, ao menos dez entraram no mercado pela primeira vez em resposta à pandemia da covid-19. O relatório destaca que a base industrial para a produção de vacinas tem crescido com investimentos em fabricantes nacionais para grandes países, o que se verifica especialmente no BRIC: cerca de 31% dos fabricantes globais em 2021 estão sediados na China e na Índia, cujo aumento da capacidade de fabricação foi além da média mundial. Contudo, apesar do incremento na capacidade produtiva global, a fabricação de vacinas permanece extremamente concentrada. Ainda de acordo com os dados coletados pela OMS, dez fabricantes sozinhos fornecem 70% das doses de vacinas consumidas no mundo (excluindo vacinas contra covid-19) e concentram 85% do valor global das vacinas (WHO, 2023b, p. 5).

Assim, se a fragmentação da CID geralmente oferece maior escolha e renovação do sistema de ajuda tradicional, para Bracho e Grimm (2016) a sua manutenção implica uma dificuldade profunda de aproveitar *prima facie* todos os benefícios que as novas instituições trazem. Ainda de acordo com os autores, os desafios principais ao desenvolvimento dessas novas instituições permaneceriam alocados em três níveis: i) na burocracia interna (e o desafio de coordenar um número cada vez maior de atores globalmente engajados, buscando operar objetivos comuns e enviar mensagens políticas claras); ii) no aumento do número de atores que pode elevar os custos de transação para países recipiendários (e o desafio de engajar e coordenar múltiplos parceiros advindos de diferentes contextos); e iii) na abordagem do desenvolvimento como uma questão de governança global (e o desafio de discutir padrões, aplicabilidade e normatividade adotados pela cooperação para o desenvolvimento) (Bracho e Grimm, 2016, p. 122).

No caso do novo Centro de P&D de Vacinas do BRICS, a burocracia interna parece ter se dividido também entre i) os desafios domésticos, de superação das múltiplas crises que a covid acumulou; ii) as dificuldades de articulação coletiva, em decorrência da polarização política no tratamento da doença – marcada, sobretudo, por manifestações xenofóbicas direcionadas à China, inclusive ao longo de toda a administração Bolsonaro (2018-2022) no Brasil; e iii) os constrangimentos diplomáticos, com a intensificação da guerra entre Rússia e Ucrânia, em curso desde fevereiro de 2022.

Por um lado, pode-se afirmar que a criação do centro reverbera a tentativa e a resiliência das instituições desses países em oferecer alternativas mediante um cenário de crise. Ao elevar a compreensão da saúde como um bem público global, o Centro de P&D de Vacinas do BRICS tem carregado consigo a possibilidade de criar soluções conjuntas mais justas e acessíveis à realidade dos países em desenvolvimento. Por outro lado, não está claro de quanto será o aporte necessário para a execução dessas iniciativas, nem quanto cada país estará disposto a investir.

Ainda muito incipientes, as atividades de organização da gestão do centro têm contado com uma colaboração *in-kind*, composta pela força de trabalho das principais instituições e empresas de P&D de vacinas dos países-membros. Embora a iniciativa vá na contracorrente da demolição da estrutura pública, recuperando no campo internacional o valor da saúde como bem coletivo, ela também demanda um compromisso cada vez maior em termos políticos e financeiros – configurando um compromisso custoso e difícil de ser mantido a longo prazo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A limitação de recursos, de capital humano disponível e de diretrizes políticas pertinentes à realidade local tem gerado um resultado substantivamente diferente nas iniciativas de cooperação lideradas pelo Sul global, que possui extrema dificuldade em conciliar sua demanda interna com as negociações e as demandas internacionais. Ao que tudo indica, o ainda provisório “escritório de ligação” do centro de P&D terá como missão a condução das seguintes funções: i) coordenar o trabalho do comitê gestor, do comitê científico e dos centros nacionais do BRICS; ii) facilitar o trabalho do centro de P&D; iii) promover o intercâmbio entre os centros nacionais do BRICS; iv) apoiar as reuniões do comitê gestor e do comitê científico; e v) coordenar e promover o intercâmbio entre o centro de P&D e instituições relevantes em outros países.

Permanecem indefinidos, no entanto, quais serão os recursos necessários aportados por cada membro e instituição representante para a devida operacionalização da iniciativa. Neste sentido, cabe lembrar que, apesar do ensejo em construir novas instituições que barganhem as condições de desenvolvimento no Sul global, o BRICS tem se consolidado, sobretudo, como um mecanismo de diálogo. Traduzido na ausência de um secretariado e de orçamento próprio, os diálogos estabelecidos pelo grupo carecem de encaminhamentos práticos e seguem esbarrando nas divergentes orientações políticas e econômicas que seus membros possuem. Embora o grupo tenha se consolidado como um grande fórum de cooperação técnica ao longo dos últimos dezessete anos – contando com mais de duzentas reuniões multiníveis por ano –, os avanços no estabelecimento de normas no cenário internacional, bem como na implementação efetiva de decisões que desafiem o *status quo*, ainda carecem de maiores investimentos.

Diante desse cenário, torna-se crucial observar também a dinâmica inter-relacional da cooperação internacional em setores que se sobrepõem e se complementam, como o setor de saúde e o de CT&I, atentando para as formas como têm demandado recursos monetários, mas também o acesso a dados, pesquisas, descobertas científicas, evidências e capacitação. Esse movimento, quando associado à criação de novas instituições, tem nos revelado a tênue linha

que separa a CSS de uma efetiva provisão de bens públicos globais. Ainda que a CSS dedicada ao reforço estrutural da saúde seja uma saída restaurativa para os países no Sul global e suas populações, a sua devida operacionalização requer um compromisso com um maior dispêndio de recursos e vontade política para a concretização desses anseios.

No futuro próximo, um pacto vinculante em prol da elevação da saúde ao *status* de bem público global, garantindo à pasta financiamento, infraestrutura e capacitação, poderá ser alcançado se o BRICS demonstrar ter – para além da capacidade técnica que já possui – a capacidade diplomática na articulação de um objetivo comum entre seus membros. Sozinhos, sinais de coordenação técnica não apagam a necessidade de investimento monetário e político, e essa é ainda uma enorme responsabilidade a ser dividida. Diante da iminência da expansão do BRICS para o BRICS+, a adesão de novos membros poderá facilitar o financiamento dessa iniciativa, uma vez que a limitada capacidade de fabricação de diagnósticos, terapias e vacinas oferece ao agrupamento um pacote coerente de iniciativas sustentáveis e colaborativas para abordar em sua agenda política. Não obstante, a redefinição do BRICS e de sua finalidade como instituição representativa do mundo em desenvolvimento ainda implica um fortalecimento substantivo da sua capacidade de governança.

REFERÊNCIAS

- ACIOLY, L. **Arquitetura financeira conjunta do BRICS: o Novo Banco de Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Ipea, 2019. (Texto para Discussão, n. 2463).
- ALMEIDA, C. **Governança do setor saúde em um contexto mundial mutante e incerto**. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2021. (Textos para Discussão, n. 60).
- BERMUDEZ, J. **Um mundo sem patentes (ou com patentes?) para curar a Covid-19**. [s.l.]: CEE Fiocruz, 24 maio 2021.
- BIRDSALL, N.; DIOFASI, A. Global public goods for development: how much and what for. Center for Global Development, 2015. Disponível em: <https://www.cgdev.org/publication/global-public-goods-development-how-much-and-what>.
- BRACHO, G. **The troubled relationship of the emerging powers and the effective development cooperation agenda: history, challenges and opportunities**. Bonn: Deutsches Institut für Entwicklungspolitik – DIE, 2017. (Discussion Paper).

BRACHO, G.; GRIMM, S. South-South Cooperation and fragmentation: a non-issue? *In*: KLINGEBIEL, S.; MAHN, T.; NEGRE, M. (Ed.). **The fragmentation of aid: concepts, measurements and implications for development cooperation**. Palgrave Macmillan, 2016. p. 121-134.

BRICS POLICY CENTER; ASUL – CENTRO DE ESTUDOS E ARTICULAÇÃO DA COOPERAÇÃO SUL-SUL; ABC – AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO. **Caminhos para a construção de sistemas e processos de monitoramento e avaliação da Cooperação Sul-Sul**. 1. ed. Brasília: MRE, 2017.

CHATUVERDI, S. *et al.* Development cooperation in the context of contested global governance. *In*: CHATUVERDI, S. *et al.* **The Palgrave Handbook of Development Cooperation for Achieving the 2030 Agenda**. Nova York: Palgrave Macmillan, 2021. p. 1-21.

CHEDIEK, J. South-South Cooperation and triangular cooperation to strengthen multilateralism. **RIS Journal Development Cooperation Review**, v. 4, n. 2 and 3, p. 3-11, Jul.-Sept. 2021.

CORRÊA, M. L. Quantification of South-South cooperation and its implications to the foreign policy of developing countries. **Policy Brief**, South Centre, n. 41, Jul. 2017.

GOSTIN, L. O.; MOON, S.; MEIER, B. M. Reimagining global health governance in the age of COVID-19. **American Journal of Public Health**, v. 110, n. 11, Nov. 2020.

HOIRISCH, C. Brics na Covid-19: multilateralismo, capacidade tecnológica e colaboração em PD&I. *In*: BUSS, P. M.; FONSECA, L. E. (Org.). **Diplomacia da saúde e Covid-19: reflexões a meio caminho**. Rio de Janeiro: Observatório Covid-19 Fiocruz; Editora Fiocruz, 2020. p. 213-230.

IRWIN, A. How COVID spurred Africa to plot a vaccines revolution. **Nature**, 21 Apr. 2021. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/d41586-021-01048-1>. Acesso em: jul. 2022.

KAUL, I.; GRUNBERG, I.; STERN, M. A. Defining global public goods. *In*: _____. (Ed.). **Global public goods: international cooperation in the 21st century**. New York, 1999.

KEOHANE, R. O. Reciprocity in international relations. **International Organization**, v. 40, n. 1, p. 1-27, 1986. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2706740>. Acesso em: 5 ago. 2023.

KLINGEBIEL, S. **What future for the OECD's Development Assistance Committee?** Bonn: IDOS, 4 Oct. 2021.

KRISHNAN, V. The power imbalance undermining global health. **The Atlantic**, Jul. 18, 2022.

LEITE, I. Cooperating in asymmetric contexts: an interdisciplinary approach to ST&I negotiations involving developing countries. **Revista Tempo do Mundo**. Brasília: Ipea, n. 28, p. 111-132, abr. 2022.

MTHEMBU, P. Restoring and transforming multilateralism: role of South-South Cooperation. **RIS Journal Development Cooperation Review**, v. 4, n. 2 and 3, p. 22-28, Jul.-Sept. 2021.

NDB – NEW DEVELOPMENT BANK. **Meeting ever-evolving development challenges**. Annual Report 2020. Shanghai, China: NDB Headquarters, 2021. Disponível em: https://www.ndb.int/wp-content/uploads/2022/11/NDB-AR-2020_complete_v3.pdf.

OECD – ORGANIZATION FOR ECONOMIC COOPERATION AND DEVELOPMENT. **Busan partnership for effective development co-operation**: fourth high-level forum on aid effectiveness. Busan: OECD Publishing, 2011.

SCHWACHULA, A. **Why the world needs global governance for science cooperation**. Bonn: IDOS, 15 Febr. 2021.

SOUZA, A. de MELLO e. A governança global da Cooperação para o Desenvolvimento e a Agenda de Desenvolvimento Sustentável 2030. **Boletim de Economia e Política Internacional**, n. 25, maio-ago. 2019.

YAMEY, G. Rich countries should tithe their vaccines. **Nature**, v. 590, p. 529, 2021.

YERRAMILI, P. **To decolonize global health, we must examine the global political economy**. Think Global Health, Febr. 22, 2021. Available at: https://www.thinkglobalhealth.org/article/decolonize-global-health-we-must-examine-global-political-economy?utm_source=thinkglobalhealth&utm_medium=email&utm_campaign=New%20Campaign&utm_term=TGH. Accessed on: Oct. 18, 2022.

WHO – WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Seventy-Third World Health Assembly**. Agenda item 3. [s.l.]: WHO, May 18, 2020a.

_____. 73rd World Health Assembly. **Brazil's confirmation of co-sponsorship and explanation of position**. Geneva, 19 May 2020b. (Resolution "COVID-19 Response").

_____. **ACT-Accelerator Transition Plan (01 October 2022 to 31 March 2023)**: sustaining access to tools in the transition to long-term COVID-19 control. [s.l.]: WHO, Oct. 28, 2022.

_____. **ACT-Accelerator Transition Report (01 October 2022 to 31 March 2023)**. [s.l.]: WHO, May 16, 2023a.

_____. **Global vaccine market report 2022**: a shared understanding for equitable access to vaccines. Geneva: WHO, 2023b. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/9789240062726>.

ZAROCOSTAS, J. What next for a COVID-19 intellectual property waiver? **The Lancet**, World Report, v. 397, n. 10288, p. 1871-1872, May 22, 2021.